

O ENSINO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um panorama da experiência do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN

Raquel Maria da Costa Silveira

Lindijane de Souza Bento Almeida

Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti

Leonardo Jacob Lima

Resumo

A avaliação de políticas públicas é uma temática de destaque no Campo de Públicas (na pesquisa, na extensão ou no ensino), tendo-se como pressuposto a multidisciplinaridade, o que se reflete em amplos enfoques avaliativos. Especificamente no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN, o ensino da avaliação ocorre, principalmente, no Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI. Nesse componente, os(as) discentes fazem contato com a teoria e a prática simulada de uma avaliação, selecionando políticas públicas para a realização de esforços avaliativos em contato direto com diversos atores. Nesse sentido, o presente artigo direciona o olhar para o ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas no Campo de Públicas. Objetivou-se realizar um panorama do ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP) da UFRN, tendo como base os produtos elaborados e as competências desenvolvidas no processo formativo. Como resultado, foi possível identificar o perfil da produção discente de avaliações de políticas públicas no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN e as competências desenvolvidas e identificadas pelos alunos ao longo das suas respectivas vivências.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Ensino. Campo de Públicas. Gestão de Políticas Públicas.

Abstract

The evaluation of public policies is a prominent theme in the Field of Publics (in research, extension or teaching), with multidisciplinary as an assumption, which is reflected in broad evaluative approaches. Specifically in the Bachelor's Degree in Public Policy Management at UFRN, the teaching of evaluation takes place mainly in the Ateliê de Gestão de Políticas Públicas and Applied Extension VI. In this component, students make contact with the theory and simulated practice of an evaluation, selecting public policies to carry out evaluation efforts in direct contact with different actors. In this sense, this article directs the look at the teaching-learning of the evaluation of public policies in the Field of Publics. The objective was to create an overview of the teaching-learning of the evaluation of public policies in the Bachelor's Degree in Public Policy Management (GPP) at UFRN, based on the products developed and the skills developed in the training process. As a result, it was possible to identify the profile of student production of public policy evaluations in the Bachelor of Public Policy Management at UFRN and the skills developed and identified by students throughout their respective experiences.

Keywords: Evaluation of Public Policies. Teaching. Public Field. Public Policy Management.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de evolução do Campo de Públicas (CP) até sua institucionalização, em 2014, decorre da relevância das políticas públicas na função administrativa estatal (ALMEIDA *et al.*, 2017; FARAH, 2016; PASTORINI *et al.*, 2012). Nesse sentido, a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), nos termos da Resolução CNE/CES n.º 1/2014, do Ministério da Educação, oficializou o Campo; reconhecendo, portanto, a existência de uma comunidade epistemológica no meio acadêmico e não propriamente de um Curso Superior. Com isso, foram estabelecidas diretrizes para a formação humanística e crítica de profissionais e pesquisadores quanto ao seu perfil, competências e habilidades e base para os componentes curriculares.

No Brasil, o CP organiza-se em cursos sob nomenclaturas diversas, como Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, os quais revelam projetos pedagógicos próprios (COELHO *et al.*, 2020). Inserido nesse panorama, o Bacharelado de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi implantado em 2009. Seu Projeto Pedagógico de Curso (UFRN, 2018) destaca três estruturas formativas referentes à formação básica, profissional e complementar, as quais são organizadas metodologicamente sob as perspectivas interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar para a resolução de problemas públicos no contexto da gestão pública.

Com o propósito de desenvolver em seus discentes as habilidades práticas relativas ao exercício do planejamento e gestão de políticas públicas, na estrutura de formação profissional, são ofertados seis componentes curriculares que se destacam pelo caráter inovador de realizar exercícios práticos de simulação para a aplicação da teoria, conjugando-os à extensão universitária. O último deles, Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI, apresenta e discute instrumentos teóricos, metodológicos e aplicados para a avaliação de políticas públicas, proporcionando conhecimentos de métodos para a elaboração e execução de proposta de avaliação. Nesse componente, os(as) discentes fazem contato com a teoria e a prática simulada de uma avaliação, selecionando políticas públicas para a realização de avaliações em contato direto com o poder público e o público-alvo do plano/programa/projeto.

Diante disso, os produtos dessas propostas elaboradas pelos discentes do curso de GPP são objeto desta pesquisa. Buscou-se realizar um panorama do ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN,

tendo como base os produtos elaborados por turmas diversas e as competências desenvolvidas no processo formativo.

Para tanto, como resultado do projeto de monitoria “Estratégias para melhoria do ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas”, foi elaborado um repositório de avaliações de políticas públicas produzidas no componente, o qual servirá de base à análise documental que permitirá a compreensão de quais foram as políticas avaliadas pelos alunos ao longo dos anos, quais os principais tipos de avaliação realizados e as principais dificuldades no aprendizado do tema. Ao mesmo tempo, foi aplicada pesquisa com discentes que cursaram o Ateliê VI, possibilitando a coleta de informações sobre a vivência no componente.

A partir dos dados e informações, foi possível identificar, por exemplo, as áreas com maior número de políticas públicas avaliadas pelos alunos, observando-se a preferência por políticas sociais. Também foi possível identificar o interesse dos discentes em avaliar políticas de permanência estudantil da própria UFRN. No repositório, predominavam políticas em escala municipal, seguidas pelas políticas federais. Em sua maior parte, as avaliações utilizavam o critério da eficácia. Além disso, foi possível identificar um destaque para as avaliações de satisfação do beneficiário.

Em seguida, a partir das experiências captadas em análise documental, tornou-se necessário identificar, junto a discentes que já cursaram o componente em análise, um conjunto de competências e habilidades requeridas e desenvolvidas em suas respectivas experiências no Ateliê VI. Tais resultados foram analisados em conjunto com as competências e habilidades apontadas por docentes da disciplina como fundamentais para a realização de uma avaliação, construindo-se, como resultado, uma matriz de competências voltadas à avaliação de políticas públicas, a partir da vivência formativa dos participantes.

O presente artigo está estruturado em 03 partes, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro item, apresenta-se o debate em torno da avaliação de políticas públicas e suas peculiaridades no CP. Em seguida, apresenta-se o Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN e como a avaliação de políticas públicas se insere na grade curricular. Por fim, são apresentados e discutidos os dados e resultados obtidos.

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRAJETÓRIA DE EVOLUÇÃO DO CAMPO DE PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas é uma área que caminha em estruturação “desde as primeiras décadas do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos” (CRUZ, 2019, p. 162). No Brasil, desde os anos finais de 1970, são verificadas contribuições acadêmicas produzidas substancialmente nas Ciências Sociais com dispersão tanto temática quanto teórica. Esses estudos debruçavam-se particularmente sobre as políticas sociais para examinar as ações do Estado, seus desdobramentos quanto à cidadania e cultura política, suas trajetórias e perspectivas (ARRETCHE, 2003; HOCHMAN, ARRETCHE, MARQUES, 2007). Contudo, o progresso desses estudos seguiu o surgimento da nova agenda política pós-88 e da Reforma do Estado no início da década de 1990.

De acordo com Souza (2007), passou-se a desenvolver um novo arranjo institucional fiado por uma sociedade política e civilmente ativa e participante, proveniente da transição do autoritarismo para a democracia no Brasil. Concomitante, o conceito de cidadania passaria a balizar o esforço de refletir sobre a vida social e política para efetivar as transformações anunciadas na nova Constituição Federal (CF) de 1988 com propósito de enfrentar a dívida social do Estado após os anos de ditadura militar.

A referida autora analisa ainda que, dada a abrangência e profundidade temática do texto constitucional, pretendeu-se, à primeira vista, assimilar o sentido da nova CF e superar os obstáculos ainda persistentes para a configuração do Estado como produtor, por excelência, de políticas públicas. Para tanto, observou-se um esforço de implementação de dispositivos constitucionais atrelados às políticas sociais em suas diversas áreas, numa junção capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social da população até ali marginalizada a partir de construtos teóricos originados de vários campos disciplinares (SOUZA, 2007).

Além disso, a partir da década de 1990, questões conjunturais neoliberais incrementaram o interesse de estudo sobre os novos desafios relacionados ao desempenho das funções públicas e à necessidade de reorganização do aparato estatal em diversos campos de atuação. Foram sentidas as consequências da ampliação do escopo e da escala das políticas e programas sociais ante a escassez de recursos públicos, reclamando o aprimoramento das medidas de formulação e avaliação de políticas (JANUZZI, 2016). No final da década de 1980 e, principalmente, no início de 1990, como explica Laisner (2019, p. 82), “se põe em marcha um aprofundamento das exigências acerca da ação do Estado e sua máxima racionalização, em um contexto de ‘Nova Gestão Pública’, nos anos 1980, marcado

pelo modelo gerencial e baseado na aplicação dos princípios do setor empresarial privado” que se espraiam até o setor público. A decorrência desse contexto é a ampliação das exigências em torno do controle e da eficiência dos gastos públicos, o que conduz ao crescimento das discussões em torno da avaliação de políticas públicas. Como explica Cruz (2019, p. 168):

Os ventos sopraram da Europa e dos Estados Unidos, e abordagens quantitativas, ancoradas no paradigma positivista, influenciaram fortemente as avaliações das políticas públicas no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, quando se tem no país, nos marcos da Constituição de 1988, um Estado democrático de direito. Certamente, isso possibilitou a adoção de iniciativas governamentais como forma de garantir direitos sociais básicos. Mas é preciso ter clareza que a avaliação das políticas ganhou tónus no cerne de reformas de cunho neoliberal que exigiam do Estado a fiscalização de ações governamentais que movimentavam recursos de agências financiadoras internacionais, como o Banco Mundial.

Assim, a avaliação foi desenvolvida como parte dos propósitos de um contexto favorável ao planejamento e à gestão governamental, atravessado por diversas áreas do conhecimento e definindo formas de pensar a decisão e a ação governamentais, de modo a converter problemas sociais em assuntos de investigação (HOCHMAN; MARQUES; ARRETCHE, 2007).

A partir daí, conforme complementam Almeida *et al.* (2017), as universidades brasileiras convergiram para a necessidade de refletir a respeito da gestão das políticas públicas, com destaque para as suas formulações, implementações, análises e avaliações, particularmente em uma conjuntura de adoção de medidas de ajuste fiscal e de políticas restritivas de intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais, como apontado por Souza (2006, 2007).

Nesse sentido, Dubois, Champagne e Bilodeau (2011) ensinam que o complexo espaço social se torna objeto de investigação acadêmica com interesse para tanto certificar o cabimento das escolhas públicas realizadas como verificar as consequências dos investimentos, questionando-se os objetivos e como estes são atingidos na implementação de programas sociais. Com isso, a contribuição da avaliação de políticas públicas refere-se à racionalização e ao planejamento na disponibilização dos recursos para as ações voltadas para públicos cada vez mais exigentes, utilizando-se uma gama de ferramentas teóricas e metodológicas próprias das ciências sociais. Os autores afirmam que:

A multiplicação dos programas sociais, os investimentos massivos que demandam, as numerosas interrogações quanto à eficácia desses programas e o reconhecimento das possibilidades oferecidas pela pesquisa social contribuem para conferir maior legitimidade à avaliação e criam uma

importante demanda de competências (DUBOIS; CHAMPAGNE; BILODEAU, 2011, p. 31).

O desenvolvimento inicial da avaliação de políticas públicas no Brasil se deu a partir da predominância de uma perspectiva positivista que permanece hegemônica e se baseia no desenho de avaliações tecnicistas a partir do teste de hipóteses estabelecidas e com foco na aferição de resultados orientados pela eficiência, eficácia e efetividade e pelos interesses da agenda neoliberal. Tais pressupostos teórico-metodológicos ainda orientam “parte significativa da produção técnica e acadêmica sobre o tema no Brasil e no mundo” (CRUZ, 2019, p. 162). Essa perspectiva apresenta inúmeras limitações. Entre elas, têm como centralidade a busca dos efeitos previstos, ignorando aqueles que existem, a despeito de não terem sido planejados. Como explica Cruz (2019, p. 168):

Logo, tem-se pouco ou nenhum espaço para a crítica da própria política, uma vez que se consideram principalmente os elementos de sua formulação e os princípios norteadores. Outro ponto importante é o pressuposto de neutralidade que orienta o avaliador, resvalando em avaliações não comprometidas com noções de justiça social, emancipação e efetividade da democracia

Conforme De Mario (2019, p. 35), o “campo da avaliação das políticas públicas vem discutindo os sentidos da avaliação e a necessidade de escapar de abordagens quantitativas, instrumentais e pautadas por uma visão linear e etapista da produção da política desde os anos 1990”. A despeito da insistente predominância do paradigma positivista, Cruz (2019, p. 162) afirma que “sendas têm sido abertas nas últimas décadas, por onde adentra a interdisciplinaridade”. Isso porque “surgem, no limiar do século XX, perspectivas de avaliação fundamentadas em paradigmas críticos aos pressupostos do paradigma positivista” (CRUZ, 2019, p. 168). Trata-se do cenário em que:

[...] a avaliação volta o olhar para a política em sua inteireza, ou seja, como ela realmente é experienciada por uma multiplicidade de atores, tomando, portanto, como desafio superar as limitações do paradigma positivista e compreender a política a partir de suas múltiplas dimensões, atentando para a complexidade do fenômeno, ou seja, seu caráter processual, contextual, flexível e dinâmico (CRUZ, 2019, p. 169).

As novas proposições de avaliação passam a pautar-se no elemento da subjetividade, de forma que, a despeito de suas diferenças, utilizam como substrato as “vozes e contextos encarnados pela política” (CRUZ, 2019, p. 169). Dessa forma, as “hipóteses surgem da articulação entre pesquisa empírica e reflexão teórica, de forma que os dados provêm de fontes diversificadas de informações: bibliografias, documentos, surveys,

observações diretas e/ou participantes, grupos focais, entrevistas, registros fotográficos [...]” (CRUZ, 2019, p. 169).

A esse perfil alinham-se as contribuições do Campo de Públicas para a avaliação. O CP caracteriza-se pela formação profissional voltada ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas (DCN - resolução CNE/CES 01/2014, art. 1º), sendo resultante do diálogo entre os conhecimentos de áreas como o Direito, a Economia, a Geografia, a Administração, as Ciências Sociais, entre outras, tendo como objetivo formar profissionais:

[...] gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos (CARTA DE BRASÍLIA, 2013, p. 1).

Tendo em conta os termos da Resolução CNE/CES n.º 1/2014, do Ministério da Educação (BRASIL, 2014), institucionalizando o Campo de Públicas, a característica da sua multidisciplinaridade demonstra a necessidade de agregar diversas perspectivas e abordagens para o entendimento da gestão e das políticas públicas no Brasil. Especialmente em um cenário de desafios e conflitos complexos em torno das relações entre Estado, política, economia e sociedade, a pluralidade de conhecimentos contribuiria para a compreensão do processo de gestão de políticas públicas. De acordo com essa ideia, com base nessa multidisciplinaridade, passa-se a perseguir parâmetros de efetividade, eficiência e eficácia em áreas e escalas de gestão diversas (PASTORINI *et al.*, 2012; ALMEIDA *et al.*, 2017), buscando-se, principalmente, ampliar os critérios e estratégias de avaliação.

Em obra referência sobre o tema, Januzzi (2016) enumera quatro elementos tecnopolíticos e epistemológicos fundamentais nos quais se baseiam os conceitos e técnicas da avaliação: (1) o reconhecimento da complexidade prática da política pública, relacionando as repercussões das diversidades setoriais, populacionais, socioterritoriais e capacidades de gestão; (2) a dualidade da função avaliativa como atividade que conjuga competências técnicas e políticas; (3) a percepção da avaliação como recurso pedagógico para aprendizagem organizacional e sua potencialidade para aprimoramento e inovação na administração; e (4) a impossibilidade de garantir a neutralidade em uma atividade humana orientada por valores ideológicos e regida por metodologias diversas.

Aliando-se a avaliação de políticas públicas às peculiaridades do CP, é possível afirmar a configuração de novos contornos para a atividade avaliativa. O primeiro deles é o

reconhecimento de que as “avaliações nunca são puramente técnicas e neutras e sempre, ao vincularam-se a um referencial teórico-metodológico, trazem consigo um projeto político, ainda que seja de manutenção da situação vigente” (LAISNER, 2019, p. 82). O segundo é a percepção de que o CP tem aprofundado e diversificado os estudos sobre o tema, promovendo a ampliação de perspectivas que originam metodologias qualitativas de avaliação, a exemplo do que vem sendo realizado por autores como Gussi, Thé e Pereira (2014); Gussi e Oliveira (2016) Araújo e Boullosa (2015), entre outros.

Para esses outros autores do Campo, a centralidade da avaliação de políticas públicas está nos fundamentos democráticos e participativos que permeiam a gestão, sendo possível, a partir desse referencial, identificar e construir as metodologias próprias ao Campo de Públicas. Dessa forma, sob as lentes do CP, avaliar não se trata apenas de algo puramente racional e procedimental obtido tecnicamente por meio da pesquisa avaliativa (ARAÚJO; BOULLOSA, 2015).

As avaliações, no Campo de Públicas, devem ir além dos dados quantitativos que, embora relevantes, não evidenciam peculiaridades necessárias à gestão adequada das políticas públicas. Desse modo, não somente gestores, mas também o público-alvo das políticas públicas é envolvido no processo de avaliação, por meio da construção de metodologias participativas que sejam capazes de promover e facilitar a captação da essência das transformações promovidas. Com base nessa compreensão, Laisner (2019) aponta as metodologias participativas como parte de um viés alternativo que configura um *modus operandi* distinto do tradicional, e que se fundamenta nos sentidos da participação em esforços avaliativos. A referida autora aborda a perspectiva da avaliação como instrumento estratégico de ação pública:

A aposta no modelo participativo almeja a garantia de resultados mais condizentes com a realidade daqueles sujeitos que são o alvo da política, o que se realizaria através da aproximação entre Estado e cidadão. Por isso, associa-se a participação à capacidade de gerar efeitos distributivos, quando realizada no marco de instituições incumbidas de orientar as políticas e as prioridades de alocação desses recursos públicos (LAISNER, 2019, p. 84).

Nesse sentido, a pluralidade de conhecimentos inerente ao Campo de Públicas contribui para o debate acadêmico com o fornecimento de insumos para formulação, gestão e monitoramento de políticas públicas, assim como de seus processos, identificadas como temática comum para o enfrentamento dos problemas práticos e teóricos. A partir de uma perspectiva originariamente multidisciplinar, busca-se promover a interconexão desses diversos saberes para a abordagem dos problemas sociais de maneira mais efetiva em

diversas áreas e em múltiplas escalas da gestão pública, especialmente por intermédio da prática avaliativa.

Tais contornos representam esforços inovadores que se caracterizam por “avaliações com outros desenhos, voltadas para perspectivas epistemológicas e metodológicas com enfoques contra-hegemônicos, em emergência nesse campo” (CRUZ, 2019, p. 162). Sob tais bases, o item a seguir demonstrará como o Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas inseriu o ensino da avaliação em sua grade curricular, buscando conferir fundamentos para a compreensão dos dados analisados mais à frente.

3 O Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN e o ensino da avaliação

O Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN existe desde 2009, ofertando, anualmente, 120 vagas na modalidade presencial. O referido curso tem como objetivo geral “formar gestores com visão generalista e crítica sobre a gestão governamental e não-governamental das políticas públicas, comprometidos com a Ética e a responsabilidade social” (UFRN, 2018, p. 9). A criação do curso decorreu da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo Governo Federal.

Desde 2018, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do GPP/UFRN atende às orientações das DCNs de Administração pública (Resolução CNE nº 1/2014), apresentando uma estrutura curricular dividida em três eixos de formação, com base nas competências e habilidades esperadas pela referida resolução (Quadro 1).

Quadro 1- Distribuição da Carga Horária Total por estruturas de formação e eixos de formadores

Estruturas de Formação	Eixo formadores	Carga Horária (em horas)	Percentual no total da carga horária
Básica	Instrumental	360	12%
	Cidadão	450	15%
	Organização social e dos governos	510	17%
Profissional	Gestão pública	390	13%
	Planejamento e políticas públicas	1140	38%

Complementar	Atividades Complementares	150	5%
CH Total		3000	100%

Fonte: elaborado pelos autores (2023), a partir do PPC do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN (2018).

Para a presente discussão, o Eixo de Estrutura de Formação Profissional será evidenciado, pois abriga os Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada (I a VI). A referida estrutura de formação profissional divide-se em dois eixos formadores: Gestão pública e Planejamento e políticas públicas. No segundo, encontram-se os componentes curriculares: Estágio Curricular Supervisionado; Vivências Públicas de Extensão Universitária; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Projeto de TCC e os Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada (I a VI), componentes que possuem carga horária de 120 horas, sempre ministrados conjuntamente, por 2 (dois) professores.

Os Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada promovem exercícios simulados de aplicação prática e são divididos em seis semestres. Em cada um deles está prevista a entrega de produtos de acordo com as etapas do ciclo de políticas públicas. No Ateliê I, o enfoque se dá nas agendas das políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais; no Ateliê II, por sua vez, o produto resultante é a elaboração de um diagnóstico participativo. Nos Ateliês III e IV, há o enfoque no planejamento, a partir da simulação de elaboração de instrumentos como Planos, Programas, Projetos, Termos de Referência. O Ateliê V tem como enfoque o monitoramento de políticas públicas, e o Ateliê VI, por fim, está voltado à criação de proposta e execução de avaliação de um plano, programa ou projeto.

Neste último componente (Ateliê VI), o discente do GPP/UFRN aprofunda seus conhecimentos em torno da avaliação de políticas públicas por meio de 2 exercícios complementares: inicialmente, os discentes são apresentados ao contexto histórico e aos principais conceitos ligados à área de Avaliação de Políticas Públicas, a fim de sedimentarem a base conceitual para que tenham leitura crítica de avaliações já realizadas e domínio quanto aos principais conceitos, bem como que sejam capazes de construir uma proposta de avaliação de uma política pública. Em seguida, os discentes executam a proposta que foi apresentada na etapa anterior.

A primeira oferta do Ateliê VI ocorreu no ano de 2012, totalizando 11 turmas para 753 discentes até o ano de 2022. Por meio do Ateliê VI, o GPP/UFRN tem desenvolvido múltiplas estratégias de ensino-aprendizagem acerca da temática da avaliação de políticas públicas, as quais serão relatadas a seguir.

Vale ressaltar que, por meio dos Ateliês (e do componente Vivências Públicas de Extensão Universitária), o GPP/UFRN realizou a curricularização da extensão, sendo, portanto, o momento de formação em que os discentes realizam contato com o público-alvo das políticas e com gestores públicos. Por exemplo, os(as) discentes, no Ateliê VI, têm como enfoque a realização de avaliações fundamentadas em metodologias participativas, coletando dados com múltiplos atores e gerando, por meio dos contatos estabelecidos, reflexão em torno da avaliação de políticas públicas.

De acordo com Laisner (2019, p. 85), as metodologias participativas:

[...] requerem a existência não só de lógicas de informação ou comunicação, mas também de consulta, deliberação e decisão nos diferentes momentos das políticas e em relação às agências governamentais que as coordenam. Nesta perspectiva está contida a noção de que através da participação da sociedade civil na política é possível incorporar, de forma mais precisa, a realidade dos atores envolvidos, tanto na própria política e seus traços, como em relação ao impacto que terão em suas vidas, já que sempre uma política intervém nas vidas das pessoas (LAISNER, 2019, p. 85).

A partir do ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas com base no formato do Ateliê VI, os produtos resultantes de cada semestre são instrumentos que potencializam o contato da Universidade com a comunidade externa, na medida em que são realizados contatos com múltiplos atores ao longo de toda a elaboração da metodologia, bem como na execução da avaliação. O contato dos discentes com os múltiplos atores gera reflexões em torno da importância da avaliação de políticas públicas e fomenta o debate em torno do tema junto a atores políticos e sociais.

Ao longo dos anos, diversas foram as políticas públicas avaliadas e os tipos e critérios de avaliação explorados. Observando o Projeto Pedagógico do GPP/UFRN e reconhecendo a produção discente resultante das turmas do Ateliê VI, em 2022, teve início o projeto de ensino “Estratégias para melhoria do ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas”, na modalidade monitoria, o qual está vinculado ao componente Ateliê VI e tem como objetivo aprimorar o processo de ensino-aprendizagem sobre avaliação no curso de GPP/UFRN.

Para tanto, prevê múltiplas estratégias. A primeira delas é a valorização da produção discente oriunda do componente, resgatando produtos já elaborados como forma de compartilhar os conhecimentos gerados. Identificou-se que, desde 2012, diversas políticas públicas foram avaliadas, com base em múltiplas estratégias metodológicas. O projeto, inicialmente, se propôs a diagnosticar a produção discente do componente Ateliê VI em semestres anteriores, identificando as políticas avaliadas e os respectivos desenhos

avaliativos. Considerou-se fundamental reunir essa produção, a fim de compreender as contribuições práticas geradas a partir do ensino da avaliação do GPP/UFRN. Além disso, a reunião da produção discente em um repositório possibilita o compartilhamento com discentes de turmas subsequentes, os quais poderão ter acesso a materiais e experiências diversas.

Como etapa concomitante, o projeto também realiza um levantamento sistemático em pesquisas avaliativas e avaliações oficiais, montando-se um repositório voltado ao desenvolvimento da criatividade para a elaboração de metodologias inovadoras de avaliação.

A partir dessas estratégias de criação dos repositórios (avaliações do GPP/UFRN; pesquisas avaliativas e avaliações oficiais), os discentes adquirem repertório e têm contato com avaliações diversas, ampliando o conhecimento sobre múltiplas estratégias e a criatividade para a elaboração de metodologias de avaliação. A ideia é incentivar o contato com avaliações diversas, estimulando um conhecimento ampliado e fundamentado em perspectivas contra-hegemônicas e avaliação de políticas públicas.

Além dos repositórios, o projeto prevê atividades de socialização de experiências exitosas entre discentes com o apoio do(a) discente monitor(a), visando estimular o diálogo e troca de conhecimentos, bem como o compartilhamento das múltiplas possibilidades de desenhos metodológicos de avaliação.

Durante a elaboração do desenho avaliativo, bem como de sua execução, o discente-monitor, apoiado por docentes, realiza suporte teórico-metodológico aos grupos e o acompanhamento das atividades de extensão curricular, diagnosticando as práticas adotadas e seus principais desafios.

A experiência prevê ganhos a todos os envolvidos, pois, por meio das estratégias adotadas, o discente-monitor, além de contribuir para o ensino-aprendizagem no componente, fortalece seu próprio repertório sobre o tema da avaliação de políticas públicas quando socializa estratégias metodológicas de avaliação com os demais discentes. Além disso, ao estimular o diálogo e a reflexão em torno da avaliação e da diversidade de métodos avaliativos, desenvolve habilidades e é estimulado ao ensino. Ao longo das aulas, busca-se desenvolver atitudes autônomas perante o conhecimento, que estimulem a responsabilidade e o compromisso em relação à aprendizagem contínua.

No próximo item, será possível conhecer um panorama da produção discente e os desafios do ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas no GPP/UFRN. Também serão discutidas as competências e habilidade esperadas e desenvolvidas, a fim de identificar caminhos futuros.

4. Resultados e desafios do ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas no GPP/UFRN

A fim de compreender o panorama da produção discente, ao longo dos anos, no componente Ateliê VI, partiu-se do repositório de avaliações organizado pelo projeto de ensino “Estratégias para melhoria do ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas”.

Ao todo foram compiladas 42 avaliações de políticas públicas elaboradas por alunos de turmas e anos distintos. Para a organização do repositório, foi realizada uma busca ativa junto aos alunos e professores do componente. Apesar de não alcançar a totalidade da produção, o banco de avaliações do GPP configura-se como um importante repositório de consulta.

Ao realizar o panorama da produção discente, foi possível identificar as principais áreas de políticas públicas correspondentes às políticas avaliadas. Entre elas, estão a saúde (10 produtos); a educação (10, sendo 4 avaliações de assistência estudantil) e a assistência social (8). Também foram encontradas avaliações sobre políticas ambientais e de segurança pública. A reflexão em torno das áreas torna possível identificar temas pouco explorados (como a política urbana) que podem ser estimulados futuramente.

Quanto ao critério, das 42 avaliações consultadas, 22 delas se configuravam como avaliações de eficácia, em seguida, os critérios mais visualizados eram a satisfação do beneficiário e a efetividade. As avaliações correspondiam a políticas governamentais e, quanto à escala, foram identificadas políticas federais, municipais e estaduais, com destaque para as duas primeiras. Em escala federal, evidenciou-se uma preferência por políticas de educação e, principalmente, as estratégias de assistência estudantil implementadas na UFRN, o que se justifica pela proximidade dos discentes avaliadores em relação aos gestores e ao público-alvo da política.

A observação do repositório permitiu, ainda, analisar as escolhas metodológicas realizadas pelos discentes, destacando-se avaliações quantitativas, qualitativas e quali-quantitativas, embora as duas últimas apareçam com maior destaque. Merecem relevo as metodologias participativas utilizadas, as quais originam-se, muitas vezes, de estratégias criativas para abordagem e coleta de dados junto ao público-alvo. Podem ser citados jogos, murais e oficinas como exemplo. Dessa forma, o repositório permite identificar que as avaliações se pautam em atividades de extensão fundamentadas em estratégias de saber compartilhado (FRISON, 2016). Aqui, cumpre ressaltar a influência de abordagens contra-

hegemônicas de avaliação, que, ao se apresentarem como lastro do ensino da avaliação no GPP/UFRN, vêm se refletindo nos produtos originados do componente Ateliê VI.

Diante da dinâmica do componente curricular e do panorama da produção já expostos, foi realizado um levantamento de dados, por meio de questionários, para a compreensão dos desafios do ensino-aprendizagem da avaliação e das competências necessárias e adquiridas. Em um primeiro momento, as principais dificuldades e competências foram checadas juntamente aos docentes que ministraram o componente.

Em seguida, foram coletados e sistematizados os mesmos dados a partir da percepção de discentes que cursaram o componente. Somente 35 alunos de turmas diversas responderam ao formulário, de forma que os resultados apresentados serão considerados a partir de uma perspectiva qualitativa. As respostas enviadas por docentes e discentes foram submetidas à análise de conteúdo, identificando-se padrões e categorias de respostas para a que fossem elencadas as principais dificuldades e competências. O Quadro 2 apresenta a sistematização de informações quanto à percepção dos docentes. Para sua organização, foram identificadas, inicialmente, as competências e habilidades esperadas a partir da percepção docente, que, em seguida, foram associadas às dificuldades identificadas.

Quadro 2 – Percepção dos docentes quanto às dificuldades e às competências necessárias e alcançadas

Competências e habilidades necessárias (Percepção Docente)	Dificuldades para o ensino-aprendizagem (Percepção Docente)
Comunicação	Dificuldade de diálogo interno em grupo
Liderança	Desafios para acesso a atores da política
Trabalho em equipe	Ausência de coordenação das atividades
Leitura crítica e compreensão do conteúdo	Conflitos de relacionamento em grupo
Manuseio e conhecimento sobre bancos de dados existentes	Dificuldades para a compreensão de conceitos como tipo de avaliação, critérios, parâmetros
Elaboração de bancos de dados e indicadores	Baixa consulta de repositórios disponibilizados
Elaboração de instrumentos de coleta de dados com domínio de abordagens quantitativas e qualitativas	Baixa leitura do referencial teórico
Desenvolvimento de repertório metodológico para ampliar a criatividade	Desconhecimento sobre bancos de dados existentes
Aplicação dos conceitos para elaboração do adequado desenho de avaliação	Ausência de conhecimento sobre elaboração de indicadores para a avaliação de políticas públicas
Análise crítica dos dados	Elaboração do instrumento de coleta de dados
	Dificuldade para elaboração do desenho metodológico de avaliação
	Substituição da análise por descrição dos dados

Fonte: elaborado pelos autores (2023) com dados da pesquisa.

A partir da percepção dos docentes, foi possível identificar que algumas competências necessárias ainda são apenas parcialmente alcançadas. Entre elas, tem-se a liderança, fundamental para o desenvolvimento das atividades em grupo no Ateliê VI. Tanto a liderança, quanto o trabalho em equipe foram listados como competências necessárias para a avaliação de políticas públicas, porém, ainda foram identificadas dificuldades que limitam seu alcance, como a ausência de coordenação das atividades e os conflitos de relacionamento em grupo. A comunicação, no mesmo sentido, foi identificada como parcialmente alcançada, tendo em vista que não há uma uniformidade entre os alunos cursantes e que há desafios tanto internamente quanto no diálogo com os atores da política.

Este ponto se mostra crucial, principalmente diante da escolha de realização de avaliações participativas, isso porque, como ressaltou Laisner (2019, p. 85), as metodologias participativas “requerem a existência não só de lógicas de informação ou comunicação, mas também de consulta, deliberação e decisão nos diferentes momentos das políticas e em relação às agências governamentais que as coordenam”.

Outro ponto de destaque foram as competências e habilidades relativas à leitura crítica e à compreensão dos conteúdos teóricos. O levantamento identificou que a essas competências esperadas correspondem dificuldades como a baixa leitura do referencial teórico e o desafio de compreensão de conceitos como tipos de avaliação, critérios e parâmetros. Em virtude de tal cenário, foi reportada a percepção de um alcance de uma compreensão mínima dos conceitos, requerendo estratégias para maior aprofundamento. No mesmo sentido, a capacidade de elaboração de bons instrumentos de coleta de dados tanto para avaliações qualitativas, quanto para as quantitativas, também se apresentou como um desafio a ser trabalhado no ensino na avaliação. Este ponto se relaciona, de certa forma, com a dificuldade identificada de utilização de indicadores nas avaliações, fundamentais para a adequada aferição de resultados, por exemplo, em avaliações de eficiência. Tal dificuldade pode ser um dos elementos explicativos da baixa identificação de avaliações com este critério no repositório analisado.

Um terceiro destaque obtido a partir das percepções analisadas foi a dificuldade para elaboração do desenho metodológico de avaliação. Os docentes consultados esperam dos discentes o desenvolvimento de repertório metodológico para ampliar a criatividade e a aplicação dos conceitos teóricos para a elaboração do adequado desenho de avaliação. Contudo, em virtude das dificuldades teóricas acima discutidas, a etapa de desenho metodológico foi identificada como um dos desafios gerais das turmas. De forma reflexa, a despeito de alcançarem a aferição de resultados, a capacidade de análise para obtenção de

um juízo de valor avaliativo foi apontada como deficiente, ou seja, como um aspecto a ser desenvolvido.

O passo seguinte foi a análise dos dados oriundos da consulta aos discentes. Inicialmente, foram listadas as dificuldades da aprendizagem do tema da avaliação na percepção dos alunos. O Quadro 3 denota a convergência entre desafios na percepção docente e discente. As dificuldades apontadas pelos docentes e acima discutidas foram associadas àquelas elencadas pelos alunos. Em acréscimo aos pontos já referidos pelos professores, foi citado o desafio da escrita acadêmica por parte dos estudantes.

Quadro 3 – Dificuldades para o ensino-aprendizagem da avaliação de políticas públicas no GPP/UFRN – percepção discente e docente

Dificuldades para o ensino-aprendizagem (Percepção Docente)	Dificuldades para o ensino-aprendizagem (Percepção Discente)
Dificuldade de diálogo interno em grupo	Conflitos de relacionamento
Conflitos de relacionamento em grupo	
Desafios para acesso a atores da política	Dificuldade na aplicação dos instrumentos de coleta de dados
Ausência de coordenação das atividades	Planejamento das atividades para cumprimento dos prazos
Dificuldades para a compreensão de conceitos como tipo de avaliação, critérios, parâmetros	Compreensão adequada dos conceitos
	Pouco aprofundamento nas leituras
Baixa consulta de repositórios disponibilizados	Dificuldade de aplicação dos conceitos na prática do exercício avaliativo
Baixa leitura do referencial teórico	Necessidade de obter segurança na compreensão da diferença entre Avaliação e Monitoramento
Desconhecimento sobre bancos de dados existentes	Dificuldade na busca de dados e informações
	Inexistência de bancos de dados sobre algumas temáticas
Ausência de conhecimento sobre elaboração de indicadores para a avaliação de políticas públicas	Compreensão da abordagem quantitativa
	Inexistência de bancos de dados sobre algumas temáticas
Elaboração do instrumento de coleta de dados	
Dificuldade para elaboração do desenho metodológico de avaliação	Combinar diferentes métodos de pesquisa em um curto período
	Elaboração do desenho metodológico
Substituição da análise por descrição dos dados	Análise de dados
-	Escrita acadêmica

Fonte: elaborado pelos autores (2023) com dados da pesquisa.

A observação dos relatos dos discentes torna possível uma percepção mais aprofundada de que os desafios teóricos e metodológicos também eram enxergados pelos

alunos. Nesse sentido, tem-se os seguintes trechos exemplificativos afirmados por respondentes diversos:

É necessário ter conhecimento de todas as metodologias e técnicas para assegurar melhores investigações, ter discernimento de quando e como utilizar cada uma delas ou mais em conjunção para melhor êxito. (DISCENTE, 2023).

Para elaborar uma boa avaliação de políticas públicas é preciso ser um bom redator, adepto da linguagem simplificada, uma vez que as avaliações participativas devem ter em sua essência o contato com diversos tipos de pessoas e, logo, diversos tipos de realidade e linguagem. (DISCENTE, 2023).

Embora tenha ciência de que a parte teórica seja uma parte primordial para embasamento e estruturação do documento, foi uma experiência diferente das outras disciplinas porque essa requer uma maior atenção por parte dos discentes para os conceitos e parte teórica do próprio documento. (DISCENTE, 2023).

O exercício de atuação em grupo também se constituiu como destaque por parte dos alunos, reportando-se tanto experiências positivas, quanto negativas. Os trechos seguintes exemplificam o cenário relatado:

Essa foi a minha maior dificuldade. Era preciso um grande esforço para manter todos em processo de cooperação. (DISCENTE, 2023).

Em grupo torna o aprendizado mais fácil, visto que os alunos podem se ajudar, tirar dúvidas fora da aula e compreender o ponto de vista de outras pessoas. (DISCENTE, 2023).

Contribuiu para desenvolver minhas habilidades de trabalho em equipe, ajudou a vivenciar a prática da gestão de políticas públicas, uma vez que na realidade não se faz política pública sozinho. (DISCENTE, 2023).

Foi muito boa, conseguimos distribuir bem as tarefas para cumprir aos objetivos. (DISCENTE, 2023).

Em seguida, foi possível realizar a associação das competências e habilidades esperadas com base na percepção de alunos e professores, configurando um quadro de compatibilização de competências e habilidades esperadas para o Ateliê VI (Quadro 4).

Quadro 4 – Quadro de compatibilização de competências do Ateliê VI com base na percepção de docentes e discentes

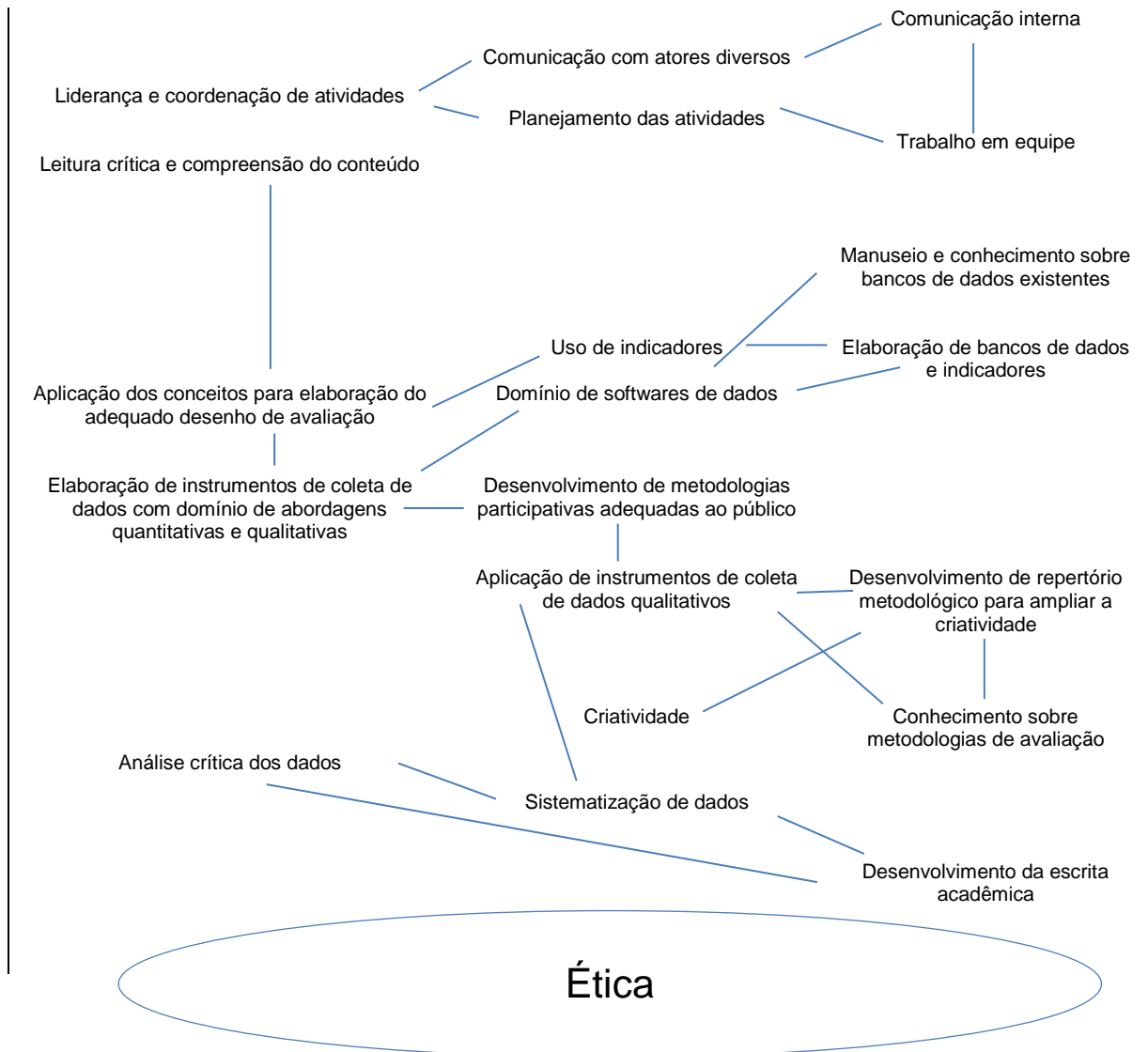
Competências e habilidades necessárias (Percepção Docente)	Competências e habilidades necessárias (Percepção Discente)	Competências e habilidades esperadas
Comunicação	Comunicação com públicos diversos	Comunicação interna
		Comunicação com atores diversos
Liderança	Planejamento das atividades	Liderança e coordenação de atividades
	Liderança	Planejamento das atividades
Trabalho em equipe	Trabalho em equipe	Trabalho em equipe
Leitura crítica e compreensão do conteúdo	Domínio do conteúdo teórico	Leitura crítica e compreensão do conteúdo
	Compreensão de conceitos como tipo de avaliação, critérios, parâmetros e indicadores	
Manuseio e conhecimento sobre bancos de dados existentes	Uso de indicadores	Uso de indicadores
Elaboração de bancos de dados e indicadores	Domínio de softwares de dados	Manuseio e conhecimento sobre bancos de dados existentes
		Domínio de softwares de dados
Elaboração de instrumentos de coleta de dados com domínio de abordagens quantitativas e qualitativas	Aplicação de instrumentos de coleta de dados qualitativos	Elaboração de instrumentos de coleta de dados com domínio de abordagens quantitativas e qualitativas
		Aplicação de instrumentos de coleta de dados qualitativos
Desenvolvimento de repertório metodológico para ampliar a criatividade	Criatividade	Desenvolvimento de repertório metodológico para ampliar a criatividade
	Conhecimento sobre metodologias de avaliação	Criatividade
Aplicação dos conceitos para elaboração do adequado desenho de avaliação	Desenvolvimento de metodologias participativas adequadas ao público	Conhecimento sobre metodologias de avaliação
		Aplicação dos conceitos para elaboração do adequado desenho de avaliação
Análise crítica dos dados	Senso crítico	Desenvolvimento de metodologias participativas adequadas ao público
		Aplicação dos conceitos para elaboração do adequado desenho de avaliação
	Sistematização de dados	Desenvolvimento de metodologias participativas adequadas ao público
	Análise de dados	Análise crítica dos dados
	Ética	Sistematização de dados
Desenvolvimento da escrita acadêmica	Ética	Desenvolvimento da escrita acadêmica

Fonte: elaborado pelos autores (2023) com dados da pesquisa.

O Quadro 4 acrescenta novas habilidades e competências vislumbradas por discentes e colocadas paralelamente àquelas já elencadas. Foram citados o domínio de softwares de dados; a criatividade; a aplicação de instrumentos de coleta de dados qualitativos; o desenvolvimento de metodologias participativas adequadas ao público; o senso crítico; a sistematização de dados; o desenvolvimento da escrita acadêmica e a ética como elementos fundamentais à realização de avaliações de políticas públicas.

A partir da convergência entre a percepção discente e docente, foram obtidas as competências e habilidades esperadas, as quais estão representadas na matriz a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Matriz de competências do Ateliê VI com base na percepção de docentes e discentes



Fonte: elaborado pelos autores (2023) com dados da pesquisa.

Os dados obtidos permitiram obter as competências e habilidades esperadas e sua organização contribuiu com o planejamento de estratégias futuras voltadas ao aprimoramento da formação no GPP/UFRN. Apesar dos desafios apontados pelos discentes na primeira parte da pesquisa, os relatos permitiram identificar que as múltiplas estratégias adotadas vêm se refletindo em ganhos no ensino-aprendizagem. Além disso, foi possível identificar as principais contribuições do componente para a formação obtida:

Comprometimento com o conteúdo, criatividade na abordagem, tentar inovar e associar exemplos de avaliações na base metodológica, compreender a importância de se utilizar diferentes métodos de coleta de dados, saber ouvir e entender as dificuldades dos beneficiários da política, se adequar ao contexto dos desafios para que os resultados não sejam impactados negativamente. (DISCENTE, 2023)

Contribuiu principalmente para pensar as metodologias, adaptando-as de acordo com o público com o qual estava lidando, além de ter permitido formar uma rede de contatos. (DISCENTE, 2023)

Possibilitou ver na prática os desafios e toda a dinâmica que envolve a gestão de uma política pública: orçamento, planejamento, dinâmica da agenda pública, conflitos de interesse, etc. (DISCENTE, 2023)

Apontou as possibilidades de atuação, conhecimento da realidade da política pública, identificação dos limites e possibilidades, apresentação com o campo de políticas públicas, abriu janela de oportunidade para networking com gestores públicos e parlamentares e estabelecimento de parcerias para futuras ações. (DISCENTE, 2023)

Foi possível vislumbrar realidades positivas e que explicitaram quais estratégias devem ser mantidas e aprimoradas. Além disso, os relatos evidenciam que o ensino da avaliação de políticas públicas no GPP/UFRN vem contribuindo, de forma geral, para a formação ampla do futuro profissional do Campo de Públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou a obtenção de um panorama sobre o ensino da avaliação do GPP/UFRN. A produção discente permitiu identificar preferências dos estudantes quanto às áreas, critérios e tipos de avaliação. Além disso, evidenciou a diversidade metodológica das produções, com destaque para as abordagens qualitativa e quali-quantitativa.

Por meio da percepção discente e docente sobre dificuldades e competências, foi possível verificar o conjunto de necessidades a serem supridas pelo ensino da avaliação, organizando-se as competências e habilidades esperadas em uma matriz que poderá contribuir com o desenho de novas estratégias para o componente curricular.

A pesquisa aponta para a importância do debate acerca do ensino da avaliação no CP, evidenciando-se as múltiplas estratégias de ensino-aprendizagem em cursos de graduação como experiências que podem ser compartilhadas entre docente e discentes para fins de aprimoramento do ensino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento *et al.* Gestão metropolitana e os profissionais do Campo de Públicas: entre a formação e a inserção. *In*: LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (org.). **Campo de Públicas em ação**: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
- ARAÚJO, Edilson Tavares; BOULLOSA, R. Avaliação da implementação do Centro-dia para Pessoas com Deficiência: entre inovação e aprendizagem em políticas públicas. **Interfaces científicas - humanas e sociais**, v. 3, p. 123, 2015.
- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, v. 51, pp. 7-10, 2003.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2022.
- CARTA DE BRASÍLIA. 2013. Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- COELHO, Fernando de Souza *et al.* O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 488-529, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2020.v21n3.1897>. Acesso em: 24 dez. 2022.
- CRUZ, Danielle Maia. Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **Revista AVAL**. Janeiro/Junho. v1, n15, 2019.
- DE MARIO, Camila. Avaliação substantiva de políticas públicas: legitimidade, concepções de justiça e atores. **Revista AVAL**. Janeiro/Junho. v1, n15, 2019.
- DUBOIS, Carl-Ardy; CHAMPAGNE, François; BILODEAU, Henriette. Histórico da avaliação. *In*: BROUSSELLE, Astrid *et al.* (org.). **Avaliação**: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, n. 50, v. 6, p. 959-979, nov/dez, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. *Pro-Posições* | v. 27, n. 1 (79) | p. 133-153 | jan./abr. 2016.

GUSSI, Alcides Fernando; THÉ, R. F. S.; PEREIRA, J. E. O. Metodologias e experiências etnográficas em avaliação políticas públicas: Avaliação de programas de microcrédito do Banco do Nordeste no Ceará. **RP3 - Revistas de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 2, p. 85-96, 2014.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, B. R. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, v. 4, p. 83-101, 2016.

HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2016.

LAISNER, Regina. Metodologias participativas em avaliação de políticas públicas: tendências e possibilidades desde uma abordagem política. **Revista AVAL**. Janeiro/Junho. v1, n15, 2019.

PASTORINI, Alejandra *et al.* O campo das políticas públicas: diversidade de temas e perspectivas. *In*: PASTORINI, Alejandra; ALVES, Andrea Moraes; GALIZIA, Silvina V. (org). **Estado e cidadania**: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16m p. 20-45, ju./dez., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003> . Acesso em: 31 jan. 2023.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas na modalidade presencial**, 2018. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/dpp/wp-content/uploads/2018/08/Projeto-Pedag%C3%B3gico-de-Curso-Estrutura-Curricular-nova-02.pdf> . Acesso em: 13 maio 2023.